Justiça Restaurativa: Um Novo Modelo De Resolução De Conflitos

Gustavo Dos Santos Ramos
Kayline Rodrigues Costa
Josanne Cristina Ribeiro Ferreira Façanha

Resumo

A justiça Restaurativa apresenta-se no atual cenário jurídico brasileiro como um meio inovador de resolver conflitos, priorizando o diálogo entre o ofensor, a vítima e a comunidade na busca de encontrar uma solução cabível e adequada para o caso em concreto. Desse modo, buscou-se analisar se é possível aplicar a Justiça Restaurativa nos conflitos socioambientais que afetam as comunidades tradicionais e se a mesma tem aplicabilidade no âmbito penal como um olhar alternativo ao tradicional modelo de justiça. Trata-se de um estudo descritivo de caráter bibliográfico. Dessa maneira, descrevendo a aplicação da justiça Restaurativa nos conflitos socioambientais que estão relacionados com as comunidades tradicionais e sua aplicabilidade nos conflitos penais de forma alternativa ao tradicional modelo, tendo como base teórica artigos publicados entre 2006 à 2024. Evidenciando-se que a Justiça Restaurativa por ser um meio pautado na conciliação torna-se mais adequada nos conflitos socioambientais, uma vez que possibilita a escuta das comunidades tradicionais. Desse modo, possuindo assim aplicabilidade no ambiente penal como meio alternativo por ser uma justiça despenalizadora e focada apenas no ato ilícito e não no seu infrator.

Palavras-chaves: *Justiça Restaurativa. Conflitos Socioambientais. Justiça Retributiva. Âmbito Penal.*

Date of Submission: 11-05-2025

Date of Acceptance: 21-05-2025

I. Introdução

A justiça restaurativa busca a resolução dos conflitos utilizando uma abordagem mais humanizada, onde prioriza-se a vítima e o ofensor, levando este último a reconhecer o impacto de sua ação perante a vítima e sociedade. Deste modo, ao contrário do tradicional modelo de justiça que se baseia na punição, onde prioriza a figura do Estado ignorando assim a vítima e o ofensor, a justiça restaurativa busca vivenciar a justiça de forma integral.

Dessa maneira, ao passo em que a justiça Restaurativa se mostra como um novo olhar alternativo na resolução dos conflitos baseada no diálogo entre a vítima e o ofensor na busca de resolver o conflito através de soluções mais adequadas para o caso em concreto e não estigmatiza o ofensor, o presente artigo busca analisar se é possível aplicar a Justiça Restaurativa nos conflitos socioambientais que afetam as comunidades tradicionais e se a mesma tem aplicabilidade no âmbito penal como um olhar alternativo ao tradicional modelo de justiça.

Desse modo, a justiça Restaurativa de maneira voluntária e de forma conjunta busca maneiras adequadas de resolver os conflitos, como ressaltado no artigo 1º da Resolução nº 225 do CNJ de 31/05/2016 tal justiça prioriza o diálogo entre os envolvidos, assim, marcada pela voluntariedade a justiça Restaurativa busca encorajar a vítima e o ofensor a participar no processo restaurativo de forma integral e através do consenso conscientizar o ofensor sobre sua infração (Moreira; Cordeiro; Garcia,2024).

Outrossim, tal modelo de justiça trabalha em contraposição com a justiça tradicional aplicada no judiciário, a justiça Retributiva onde cabe ao Estado o direito de punir aquele que cometeu um ato ilícito, já a justiça Restaurativa pautada no consenso não busca punir o ofensor, mas sim o ato ilícito e em conjunto com a vítima, o ofensor e também a comunidade afetada pelo crime, por meio da participação ativa e coletiva buscam soluções das perdas e traumas acarretados pelo crime (Campos; Oliveira, 2023).

Ademais, a pesquisa fora realizada através do método descritivo bibliográfico, onde buscou-se analisar a utilização da justiça Restaurativa na resolução de conflitos socioambientais relacionados com as comunidades tradicionais, demonstrando a justiça Restaurativa como meio eficaz na resolução dos conflitos preexistentes, assim como se tem aplicabilidade no âmbito penal como um olhar alternativo do tradicional modelo de justiça através da acurada leitura de artigos publicados entre 2006 à 2024.

Contudo, atualmente a justiça Restaurativa vem se tornando um inédito paradigma no âmbito penal, com o objetivo de restaurar a relação que fora atingida pelo ato ilícito, assim promovendo a inclusão da vítima em

todo o processo penal dando a ela a atenção possível e protegendo seus direitos humanos (Moreira; Cordeiro; Garcia,2024).

II. Justiça Restaurativa Nos Conflitos Socioambientais Que Afetam As Comunidades Tradicionais

No Brasil os conflitos socioambientais surgem através das disputas entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico que afetam de maneira significativa as comunidades tradicionais, gerada por fatores como mineração e expansão do agronegócio que marcam a desigualdades econômicas e sociais do Brasil, sendo priorizado o desenvolvimento econômico em detrimento dos direitos das comunidades tradicionais que dependem do meio ambiente equilibrado.

Dessa maneira, segundo autor José Boeing (2021) a justiça Restaurativa poderá ser utilizada de forma mais eficaz em conflitos socioambientais por se tratar de uma medida despenalizadora, buscando reparar o dano sem a necessidade de uma condenação privativa de liberdade, uma vez que, tal justiça procura condenar o delicto e restaurar os envolvidos no dano, trazendo a participação da comunidade e através do diálogo em conjunto com o facilitador encontrar a solução.

Ademais, os conflitos socioambientais envolvendo comunidades tradicionais representam uma longa história de conflitos e violações entre indivíduos e grupos que possuem perspectivas distintas sobre o meio ambiente, assim, a utilização da justiça restaurativa como forma de mediação de tais conflitos promove através do diálogo, uma consciência coletiva sobre a importância da preservação ambiental para as comunidades tradicionais, levando a tomada de decisões que respeitem o ecossistema e tais comunidades. (Silva Neto, 2020)

Dessa maneira, os conflitos socioambientais assim como a degradação ambiental interfere primordialmente a reprodução social, cultural e econômica das comunidades tradicionais que dependem do ecossistema, assim, é imprescindível expressar as injustiças ambientais encontradas nas comunidades que enfrentam riscos e danos socialmente desiguais, que impedem os mesmos de terem um ambiente digno para reproduzir seu estilo de vida, assim, ao invés de se utilizar meios mais burocráticos e demorados para resolver conflitos socioambientais a utilização da justiça restaurativa por meio da mediação levará a uma resposta mais rápida e melhor quanto a reparação do dano e a não continuação de práticas que levem a degradação do ambiente. (Silva; Santos; Loureiro, 2021)

Assim, a intervenção com base na Justiça Restaurativa pressupõe muito mais do que a aplicação de um conjunto de procedimentos metodológicos para administração de situações de conflito com vistas a produzir acordos e entendimentos entre as partes envolvidas, logo não se trata de simples conciliação de interesses contrários nem de mediação de conflitos. (Silva Neto; Santos, 2019).

Nessa demanda, o que o modelo restaurativo traz enquanto principal inovação social, correspondente à mais significativa de suas contribuições para as teorias e práticas de administração de conflitualidades, é uma novel concepção de justiça, que inclui um forte senso de justiça social e uma preocupação especial para com as vítimas, sem deixar de buscar atender as necessidades de outros agentes implicados direta e indiretamente numa dada situação, incluindo os próprios ofensores de ações danosas, apresente ela ou não danos aos sujeitos interessados.

Nessa linha, a Justiça Restaurativa nos traz um novo paradigma de transformação social em busca da cultura da paz, e mostra sua eficácia para a proteção do meio ambiente a todo o cidadão, estudando, assim, as possibilidades de sua aplicação às questões ambientais e socioambientais. A Cultura de Paz está intrinsecamente relacionada à prevenção e à resolução não violenta de conflitos. É uma cultura baseada na tolerância, na solidariedade e no compartilhamento em base cotidiana, na qual há o respeito aos direitos individuais, assegurando a liberdade de opinião e a democracia nas relações, e se empenha em prevenir desordens e desconfortos, resolvendo-os em suas bases. (Gusmão, 2022)

Outrossim, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao editar a Resolução 225 (Resolução 225, de 31 de maio de 2016), fez emergir uma norma que passou a ser referência nacional para a Justiça Restaurativa no país. Tal resolução dispõe, em seu art. 1º, que a Justiça Restaurativa “constitui-se como um conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades próprias, que visa à conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência”.

Assim, a Justiça Restaurativa é vista também como instrumento para os Direitos Humanos. Importa sob este aspecto salientar que a reparação de erros diverge em muito das práticas adotadas pela dita “Justiça Retributiva”, que visam à punição através da imposição da “pena”, com pretensão caráter retributivo e ressocializador do autor de uma infração. (Gusmão, 2022)

Nessa toada, tais práticas visam alcançar um acordo em que o ofensor se compromete a realizá-lo, ressarcindo os danos, tanto quanto possível, prestando serviços comunitários, ou assumindo de alguma forma sua responsabilidade. No final é redigido um acordo, assinado por todos os envolvidos. Os membros da família e da comunidade se comprometem a apoiar o ofensor no seu empenho para mudar de conduta e ao Judiciário fica o encargo de verificar o cumprimento do acordado.

Desse modo, nesse contexto, constata-se que um meio ambiente deteriorado também pode impulsionar relações degradadas. Para restaurar esses relacionamentos e desenvolver políticas de pacificação, nada mais pedagógico do que estabelecer uma preocupação com a esfera ambiental e a intercorrência humana. No que concerne aos conflitos socioambientais, os processos e práticas restaurativas enfatizam uma possibilidade de atender aqueles que foram afetados pelos impactos. Outrossim, a necessidade de compreensão de como se estabelece o espaço urbano e de alguns indicadores denotam que esse desenvolvimento desarticulado e desigual assegura, ao menos conceitualmente, que a Justiça Restaurativa possa colaborar com as necessidades da população das cidades, no reconhecimento de suas demandas e no diálogo entre a sociedade e o Estado (Marques, 2016).

Ademais, a Justiça Restaurativa pode trazer a responsabilização do causador do dano, o tratamento deste e também o atendimento das necessidades das vítimas envolvidas, unindo esforços da comunidade, é capaz de dar uma melhor resposta aos conflitos ambientais como um todo, quer conflitos na área penal, quer conflitos que não alcançaram a esfera criminal, mas causaram danos. Por fim, é possível concluir que a Justiça Restaurativa apresenta uma oportunidade para superar a ineficácia das respostas ambientais existentes e a necessidade premente de corrigir as práticas nocivas existentes e prevenir futuros danos ambientais.

Outrossim, a Justiça Restaurativa torna-se um meio mais eficaz na resolução dos conflitos socioambientais, uma vez que, através do diálogo busca conscientizar o ofensor em relação a sua conduta, levando o mesmo a restaurar seu dano em relação à vítima e comunidade, assim ele torna-se ciente e não mais volta a praticar tal conduta, restaurando a relação entre a vítima, comunidade e ofensor de forma integral.

Destarte, entende-se que os conflitos socioambientais afetam significativamente as comunidades tradicionais, visto que, tais comunidades valorizam e dependem do meio ambiente equilibrado para um melhor desenvolvimento, assim, a Justiça Restaurativa através de círculos de resolução de conflitos entre a comunidade e o ofensor leva a consciência por parte de todos sob o cuidado com o meio ambiente, reduzindo de tal modo a ocorrência de tais conflitos.

Contudo, por se tratar de um meio de resolução pautado no diálogo a Justiça Restaurativa através da escuta ativa busca entender e encontrar uma resposta positiva para ambos os lados envolvidos nos conflitos, desse modo, ao priorizar a vítima e o ofensor a mesma busca entender as necessidades e os motivos que levaram ao conflito o que torna a resposta do conflito mais eficaz.

III. Justiça Restaurativa: Um Olhar Alternativo De Resolução De Conflito No Âmbito Penal.

A justiça restaurativa possui mecanismo para efetivação de uma política criminal que busca a resolução de conflitos através de métodos alternativos ao cárcere, utilizando do diálogo para buscar uma reconciliação entre a vítima e o ofensor (Amorim; Bezerra, 2023). Compreende-se tal justiça como política alternativa ao encarceramento em massa. Pois o aumento do encarceramento e da reincidência é constante e o endurecimento das leis penais tem baixa influência na diminuição da criminalidade, aumentando os casos de reincidência (Santana; Santos, 2018).

Ademais, a defasagem do sistema carcerário através da violação dos direitos humanos, gera mais criminalidade. Assim, a Justiça Restaurativa é uma resposta mais humanizada e com solução integradora, visto que a prisão mais prejudica do que restaura as relações sociais dos aprisionados, impulsionando as violações e estigmatiza os mesmo após o cumprimento da pena.

Igualmente, de acordo com Tiveron (2017), para o reconhecimento da validade do direito é necessário o reconhecimento de duas condições, quais sejam, a proteção a liberdade e a disposição de legitimidade, e na medida que este protege as liberdades individuais, este é direito considerado pelos cidadãos, pois não basta que as normas tenham sido positivadas para possuírem validade.

Assim, é nessa demanda que a Justiça Restaurativa se trata do movimento sob o signo despenalizador do princípio da intervenção mínima, do uso da prisão como última ratio e da busca de penas alternativas. É, portanto, o sistema tradicional, estruturalmente incapaz de cumprir as funções que legitimam sua existência, como proteger bens jurídicos, combater e prevenir a criminalidade, mediante funções e intimidando potenciais criminosos, castigando e ressocializando os condenados, e fornecendo segurança jurídica aos acusados e segurança pública à sociedade. Contudo, assim não procede porque sua função real é construir seletivamente a criminalidade e a função real da prisão, culminando na violência institucional ao “fabricar os criminosos”, sendo também um sistema sumamente difícil de ser mantido sobre controle. (Andrade, 2006)

Nesse sentido, é mister dizer que o paradigma punitivo atual se encontra esgotado não só referente à eficácia prática, mas também na sua legitimidade moral e política, vez que este baseia-se na aplicação puramente do castigo e da punição sobre o condenado de modo oriundo da tradição que confere autoridade moral do soberano, sendo o direito penal moderno detentor desta autoridade ao legislar os significados e padrões de justiça em nome de uma suposta ordem racional plena. (Tiveron, 2017)

Portanto, para um devido enfrentamento da crise de legitimidade por que vem passando o sistema penal nas últimas décadas, foram criados diversos mecanismos de medidas e penas alternativas com o fito de mitigar os danosos e dramáticos efeitos da pena privativa de liberdade que, no Brasil, ainda é vista por amplos setores como a mais importante e eficaz medida sancionatória. Exemplo disso, aplica-se a suspensão condicional da pena, penas pecuniárias ou pena restritiva de direitos, para os delitos sem emprego de violência e cujas penas sejam de curta duração, mas como se discute longe está de mitigar a crise de legitimidade em questão. (Santos, 2014)

Dito isso, não se pode conceber que a pena de prisão continue sendo a alternativa mais adotada para resolver as questões de conflitos que se impõe no Brasil, tampouco possa ser considerada a mais importante no combate à criminalidade e à violência, uma vez que ela não satisfaz a prevenção de delitos e também pelo já discutido caráter criminógeno das prisões. Assim, o sistema retributivo funciona como instituição que transforma o cidadão em “criminoso”, que realça preconceitos, estereótipos, traumas e outras idiossincrasias pessoais.

Nesse sentido, a fronteira entre o crime e outras ações prejudiciais ao homem é artificial e está constantemente sujeita a mudanças, pois os crimes não são atitudes necessariamente diferentes de outras ações pelas quais as pessoas prejudicam as outras. Pode se definir que, a partir da análise do atual sistema prisional, a poluição carcerária é vista como um “aglomerado heterogêneo”, onde os indivíduos não têm em comum outro elemento senão o de estarem sujeitos a respostas punitivas, em razão de uma definição completamente artificial, resultante de uma decisão humana modificável. (Tiveron, 2017)

Por isso, os cárceres brasileiros, ao retirar a liberdade por determinado período, infligindo-lhes sofrimento mental, plenamente satisfazem o discurso punitivo do Estado e a trama complexa de sentimentos, valores e conflitos da sociedade. Nesse sentido, é possível afirmar que o aprisionamento não é o fracasso que tanto se alardeia, senão um verdadeiro “sucesso” e representa a tradução do discurso punitivo estatal e do sentimento de expiação. (Vieira, 2020)

Nessa toada, Pereira (2011) explica que a população carcerária é aquela que teve menos oportunidades educacionais, implicando em poucas oportunidades no mundo social e do trabalho. Essas pessoas, por sua vez, são alvos da violência gerada pela exclusão social que é inflamada com, pois os indivíduos que hoje cumprem pena são, em sua maioria, das classes desfavorecidas da sociedade, vivendo em condição de constantes violações. Desse modo, esta seletividade não é só injusta como também compromete a legitimidade do direito penal, construído para escudar o oposto desta realidade, ou seja, proteger os mais fracos contra os mais fortes.

Por conseguinte, crime pode aparecer como uma alternativa de sobrevivência para as classes diretamente afetadas, segregadas e excluídas, e o sistema tradicional de justiça criminal visa o aumento da repressão social, enquanto culpabiliza um setor da população pelo aumento da criminalidade. Posto isso, romper com a visão que existe um criminoso nato implica ter consciência de que o sujeito que pratica o ato criminoso advém de uma construção social que encerra em si diversos fatores e que é mantida legitimamente por interesses da alta classes da sociedade. Contudo, infelizmente, para a sociedade no geral, a percepção da violência se dá de forma equivocada, pois, credita ao criminoso ou infrator a origem, responsabilidade e propagação dos atos violentos, relacionando-os diretamente com a pobreza. (Resende; Costa, 2023)

Logo, a justiça restaurativa é muito mais do que apenas resolver um conflito ou disputa, vez que se mostra como uma resposta evoluída ao crime que respeita a dignidade e a igualdade das pessoas, gera compreensão e promove a harmonia social recuperando vítimas, infratores e a comunidade como um todo. Além disso, diferente da dimensão retributiva, a qual se atenta pela culpabilidade e o uso dogmático do direito penal positivo, considera o processo restaurativo utilizando uma abordagem crítica e contextualizada do direito, ao conceder maior enfoque e comprometimento com a inclusão social do jurisdicionado em vez da sua exclusão, e gerando melhores conexões com o aspeto social. (Resende; Costa, 2023)

IV. Conclusão

Nesse ínterim, depreende-se que a busca por segurança e proteção é um anseio social que é buscado a todo o custo e que se constitui em um dos maiores desafios nos modernos Estados Democráticos de Direito, já que tal propósito, muitas vezes, é perseguido por meio de um sistema penal seletivo, estigmatizante e excludente, que apoia a exacerbação do poder punitivo e não respeita os direitos e garantias fundamentais do cidadão.

Outrossim, o melhor caminho a ser adotado para superar a crise do sistema penal é a adoção de medidas descriminalizadoras e despenalizadoras, sem, contudo, abolir por completo o sistema penal, resguardando uma função meramente subsidiária ao sistema penal tradicional, como recurso extremo chamado a intervir somente quando não se puder lançar mão de formas extrapenais de resolução de conflitos.

Para mais, diante do esgotamento do atual sistema penal, observa-se a presença de uma “cultura cidadã passiva” que se manifesta na aceitação de que é natural o Estado compactuar com a aplicação ou má aplicação das leis, no baixo nível de participação política e social nesse processo, o que mais se aproxima de uma fuga à resolução dos conflitos, vez que há, em grande parte, um juízo negativo da população sobre a adequação das soluções judiciais aos conflitos, aos custos deste sistema e à sua morosidade, ao invés de uma cultura jurídica de pacificação ativa e eficaz.

Nesse sentido, entendeu-se que o sistema de justiça penal é orientado pelo interesse estatal, sendo a coletividade abstratamente representada por ele frente o processo de punição do ofensor. Assim, os danos causados às vítimas e a comunidade atingida não são o foco da intervenção, pois nesse caminho que na verdade se sobressai a “dívida” do ofensor com o Estado a qual deve ser paga com a expiação da pena. Ora, diante desse breve estudo, percebeuse o quanto improdutivo é esse sistema, o quão custoso, sem reparação à vítima e com baixo proveito comunitário.

Por isso, para a justiça restaurativa, o crime primordialmente é compreendido como uma violação de pessoas e relações interpessoais, não um conceito jurídico ou um embate entre um indivíduo e o Estado, mas um conflito entre indivíduos, sendo o foco principal do seu processo a restauração. Com efeito, é uma construção que deve contar ainda com a participação ativa das vítimas e dos membros da comunidade, para que a estes também seja garantido a reparação dos danos causados pelas violações.

Igualmente, a utilização de um modelo de justiça diferenciado nos conflitos socioambientais que afetam as comunidades tradicionais se torna mais promissor e melhor, uma vez que diferentemente da justiça retributiva, modelo este seguido no Brasil a justiça Restaurativa por se tratar de um modelo menos burocrático promove soluções rápidas beneficiando a comunidade como um todo.

Desse modo, vale priorizar que a justiça restaurativa é um modelo de resolução de conflitos que se origina das comunidades tradicionais ao mesmo tempo que possibilita a esta comunidade envolvida no conflito a chance de ser ouvida, assim, através da ajuda do facilitador em conjunto com a vítima e o ofensor buscaram respostas para o ato percussor do conflito.

Assim, vale ressaltar que o tradicional modelo de justiça não se enquadra como a melhor forma de resolver conflitos relacionados com comunidades tradicionais, já que não possui uma escuta da comunidade e nem mesmo suas queixas são tratadas com seriedade, encontra-se uma barreira quanto a promoção da justiça nos casos onde existe envolvimento de comunidades tradicionais, uma vez que o preconceito com tais comunidades provindo do judiciário dificulta a resolução rápida e eficaz de tais conflitos.

Portanto, a justiça Restaurativa surge no atual cenário de justiça brasileiro como uma forma diferenciada de resolver conflitos, onde busca-se através da escuta ativa e a participação da vítima e do ofensor, além da comunidade acometida pelo ato ilícito entender as necessidades tanto da vítima quanto do ofensor, condenando assim o ato ilícito e não o ofensor.

Contudo, torna-se possível a utilização da justiça Restaurativa nos conflitos socioambientais, assim como também um meio alternativo aos conflitos do âmbito penal, por se tratar de uma medida despenalizadora, que não estigmatiza o ofensor, mas busca entendê-lo e conscientizá-lo sobre os efeitos ruins de seus atos tanto para vítima quanto para a comunidade, promovendo uma resposta concreta e adequada para o conflito assim como a verdadeira sensação de justiça.

Referências

- [1] AMORIM, Antônio Leonardo; BEZERRA, Estephane Maria Forte. A JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO ALTERNATIVA AO CÁRCERE - NA PERSPECTIVA DO ABOLICIONISMO PENAL. *Revista Destaques Acadêmicos*, V.15., N. 2, 2023.
- [2] ANDRADE, Vera Regina Pereira De. Minimalismos, Abolucionismos E Eficientismo: A Crise Do Sistema Penal Entre A Deslegitimação E A Expansão. *Revista Sequência*, Florianópolis, V. 27, N. 52, P. 163-182, Jul. 2006. Disponível Em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15205>. Acesso Em: 07 Dez. 2024.
- [3] BOEING, José. Justiça Restaurativa: Mediação De Conflito Socioambiental Entre Empresa De Produção De Açai E Comunidades Ribeirinhas Na Amazônia. *Revista Cidadania E Acesso À Justiça*, V. 7, N. 1, P. 60-82, 2021.
- [4] CAMPOS, Carmen Hein; DE OLIVEIRA, Cristina Rego. *Experiências De Justiça Restaurativa No Brasil*. 2023.
- [5] GUSMÃO, Renata Sanchez Guidugli. A Justiça Restaurativa E Sua Aplicação Aos Conflitos Socioambientais E Fundiários Urbanos. *Revista Eletrônica Leopoldianum: A Produção Do Saber*, [S. L.], V. 48, N. 135, P. 81-94, 19 Ago. 2022.
- [6] MARQUES, R. I. Justiça Restaurativa: Uma Alternativa Possível A Conflitos Socioambientais. In: BELLO, E E SALM, J. (Orgs) *Cidadania, Justiça Restaurativa E Meio Ambiente*. Rio De Janeiro: Lumen Juris, 2016.
- [7] MOREIRA, Camila Virissimo Rodrigues; CORDEIRO, Adriani; GARCIA, Tifani Gonçalves.
- [8] TRAJETÓRIA DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NO BRASIL E DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS. In: ANAIS DO CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS E NOVOS PARADIGMAS. 2024. P. E037-E037.
- [9] PEREIRA, Antonio. A Educação-Pedagogia No Cárcere, No Contexto Da Pedagogia Social: Definições Conceituais E Epistemológicas. *Revista Ed. Popular, Uberlândia*, V. 10, N. 1, P. 3855, Out. 2011. Disponível Em: <https://doi.org/10.14393/REP-2011-20214>. Acesso Em: 07 Dez. 2024.
- [10] RESENDE, Regina; COSTA, Fernanda. A Importância Da Justiça Restaurativa No Brasil: Uma Perspectiva Sob A Ótica Da Questão Social. *Temas Sociais*, [S. L.], V. 5, N. 5, P. 84-98, Dez. 2023. Disponível Em: https://doi.org/10.53809/TS_ISS_2023_N.5_84-98. Acesso Em: 07 Dez. 2024. SANTANA, Selma Pereira De; SANTOS, Carlos Alberto Miranda. Políticas Públicas E Boas Práticas Para O Sistema Penal. *Revista Brasileira De Políticas Públicas*, V.8., Nº1, 2018.
- [11] SANTOS, Sheila Custódio Leal Novaes. Crise De Legitimidade Do Sistema Penal: Flexibilização Do Atual Modelo Penal (Em Defesa Da Descriminalização E Despenalização). *Revista Da Ejuse, Aracaju*, V. 1, N. 27, P. 95-140, Jan. 2014. Disponível Em: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/82463>. Acesso Em: 07 Dez. 2024.
- [12] SILVA, Maria Do Socorro Ferreira; DOS SANTOS, Sindiany Suelen Caduda; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação Ambiental Crítica Como Instrumento Na Análise Dos Conflitos Socioambientais Em Comunidades Tradicionais No Litoral Entre Sergipe E Bahia: Critical Environmental Education As An Instrument In The Analysis Of Socioenvironmental Conflicts In Traditional Communities On The Coastal Between Sergipe And Bahia. *Revista Geonordeste*, V. 32, N. 2, 2021.

- [13] SILVA NETO, Nirson Medeiros Da; SANTOS, Alessandro De Oliveira Dos. Justiça Restaurativa E Conflitos Sociais Envolvendo Comunidades Tradicionais Na Amazônia Brasileira: Um Estudo De Caso No Município De Santarém, Pará.. Revista Ciências Da Sociedade, [S. L.], V. 8, N. 3, P. 238-259, Jun. 2018. TIVERON, Raquel. Justiça Restaurativa E Emergência Da Cidadania Na Diccção Do Direito: A Construção De Um Novo Paradigma De Justiça Criminal. Brasília: Trampolim, 2017.
- [14] VIEIRA, Cláudia Maria Carvalho Do Amaral. Cárcere E Vulnerabilidade: As Relações Entre Exclusão Social, Justiça Criminal E Encarceramento. As Relações Entre Exclusão Social, Justiça Criminal E Encarceramento. 2020. Disponível Em: <https://www.cavadvogados.com.br/carcere-vulnerabilidade-as-relacoes-entre-exclusao-social-justica-criminal-e-encarceramento/>. Acesso Em: 07 Dez. 2024.